

Um diálogo interdisciplinar fundamentando ações pedagógicas e de gestão escolar

An interdisciplinary dialog underpinning pedagogical and school management actions

DOI:10.34117/bjdv7n4-182

Recebimento dos originais: 04/02/2021

Aceitação para publicação: 01/03/2021

Paulo Sérgio Reetz

Mestre em Educação/UFES

RESUMO

Uma ação pedagógica é sempre intencionalizada, em seus objetivos, métodos, objetos, princípios, leis, construções e desconstruções de culturas, nas homogeneizações e/ou nas diversidades em seu processo. Pensar que essas ações escrevem vidas de sujeitos e grupos é uma proposta desse artigo. Fundamentar esse pensamento nos teóricos vistos em sala de aula no Mestrado Profissional em Educação/UFES é um desafio, uma arte de uma construção dialógica. Teóricos como Meirieu (2002), Marques (2001), Boaventura de Souza Santos (2007), Mendonça (2001), vistos em sala de aula, mais outros que usamos na confecção de nossa dissertação, vão dialogar transitando entre o tema desse artigo e por final, com o desenho teórico e metodológico da dissertação que desenvolvemos. Levantamos a importância da relação entre o saber e o fazer pedagógico, a importância do bom uso das metodologias, a superação da homogeneização excludente de culturas e procedimentos, bem como a sensibilidade das rupturas e permanências de paradigmas e princípios pré-concebidos, habitualmente norteadores de atos pedagógicos. Desenvolvendo esse artigo no pressuposto que a ação pedagógica é uma arte de escrever, formatar, sujeitos e grupos, todos levantamentos aqui focalizados mantem o paradigma dialético, o da emancipação e autonomia de todos sujeitos na escrita dessa identidade de indivíduos e coletividades sociais.

Palavras chave: Ação Pedagógica, Processo dialético, Emancipação, Superação.

ABSTRACT

A pedagogical action is always intentionalized, in its objectives, methods, objects, principles, laws, constructions and deconstructions of cultures, in the homogeneities and/or diversities in its process. To think that these actions write the lives of individuals and groups is the purpose of this article. To base this thought on the theorists seen in the classroom at the Professional Master's Degree in Education/UFES is a challenge, an art of a dialogical construction. Theorists such as Meirieu (2002), Marques (2001), Boaventura de Souza Santos (2007), Mendonça (2001), seen in the classroom, plus others that we used in the making of our dissertation, will dialogue transiting between the theme of this article and, finally, with the theoretical and methodological design of the dissertation we developed. We raise the importance of the relationship between knowledge and pedagogical practice, the importance of the good use of methodologies, the overcoming of the exclusionary homogenization of cultures and procedures, as well

as the sensibility of the ruptures and permanence of paradigms and preconceived principles, usually guiding pedagogical acts. Developing this article on the assumption that pedagogical action is an art of writing, formatting, subjects and groups, all the surveys focused on here maintain the dialectical paradigm, that of emancipation and autonomy of all subjects in the writing of this identity of individuals and social collectivities.

Keywords: Pedagogical Action, Dialectical Process, Emancipation, Overcoming.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo buscará trabalhar o tema “AÇÃO PEDAGÓGICA: Uma arte de escrever sujeitos e grupos” fazendo um diálogo interdisciplinar de conhecimentos, e ainda relacionar as categorias teóricas selecionadas nesses conhecimentos, com o nosso objeto de estudo e demais componentes de nossa dissertação.

Objetivamos através desse artigo temático articular e promover uma interação de conhecimentos e teóricos de temáticas como ensino, aprendizagem e práticas inclusivas, metodologia científica, políticas públicas e de gestão educacional, sempre porém, fazendo recortes que sustentem a intenção de dar coerência e coesão no desenvolvimento do nosso tema, que em síntese, discorre o fato de que através das ações pedagógicas, se vai construindo e desconstruindo identidades de sujeitos e grupos sociais em todas suas instâncias.

Entendemos que pode haver um grande ganho social na elaboração desse artigo, considerando que o mesmo provoca uma reflexão nos agentes das práticas pedagógicas, quanto suas intencionalidades, metodologias, objetivos, responsabilidades sociais e uma cogerência processual com seus atos na construção de identidades pessoais e coletivas.

Através de alguns teóricos como: Meirieu (2002), Marques (2001), Boaventura de Souza Santos (2007), Mendonça (2001), juntamente com alguns que investigamos para a elaboração de nossa Dissertação de Mestrado, embasaremos nosso artigo, bebendo em suas colocações, dialogando com eles e entre eles, e na tentativa de não só fazer com que eles falem entre si e conosco, mas também através dessa interação, propormos uma reflexão aos colegas sobre ações pedagógicas, àqueles que estão imbuídos do sentimento e responsabilidade de provocarem transformações, desenvolvimentos e crescimentos de vidas, tanto no singular como no plural.

Além dessa breve introdução, faremos um desenvolvimento de nosso artigo buscando um diálogo entre todos invocados, correlacionando-os com o tema desse artigo e com nossa Dissertação. Por fim, faremos uma consideração final sobre o desenvolvido

nesse texto, deixando um apelo e desafio aos que usam das ferramentas pedagógicas no processo de escritas de identidades de sujeitos e grupos sociais.

2 A AÇÃO PEDAGÓGICA SOBRE VIDAS E GRUPOS

Uma ação pedagógica é cheia de intencionalidade, de percurso, não sendo neutra na formação ou desenvolvimento dos sujeitos e dos grupos, e por isso ousamos em dizer neste artigo que ações pedagógicas escrevem, configuram, formatam identidades de pessoas e grupos. Tal ação não possui efeitos somente no meio acadêmico, mas à todos aqueles que estão no entorno dessas ações intencionalizadas.

Quando essas ações tomam um corpo persuasivo, quando se formam como uma concepção próxima de um ideal, em sua teorização e prática, elas ocupam um espaço continental e transcontinental em vidas e grupos. Quebram fronteiras, assim como estabelecem novas fronteiras, construindo o mundo individual e social de sujeitos, em dimensões sem limites cabais. Forte e poderosa é a ação pedagógica, possuindo em si a capacidade de implodir, explodir, reedificar, construir e desconstruir formas, estruturas, identidade de sujeitos e de grupos/coletividade.

Escreve-nos Meirieu (2002, p.10) sobre a relação necessária entre o saber e o fazer pedagógico. Sem o saber, o conhecer, o fazer pedagógico pode ficar no campo do achismo, da opiniologia. Em nossa percepção, assim se torna uma prática irresponsável, aventureira, sem perder sua capacidade de desconstruir e construir. Os efeitos estarão sempre presentes seja em que dimensão e resultado forem. O conhecimento teórico–metodológico provoca uma práxis nas nossas ações como educadores responsáveis e conscientes, pois somos nós que estamos escrevendo na linha de vida de sujeitos e grupos sociais, sem falar que tal conhecimento fundamenta consistentemente o nosso fazer pedagógico. Para escrever em vidas e grupos, com responsabilidade de agentes sociais de construção, desconstrução e formação multidirecional, entendemos que se faz necessário uma ação de pesquisa, um conhecer e aplicar as melhores e mais adequadas metodologias. Aqui quando falamos de metodologias, na perspectiva apresentada por Meirieu (2002 p.25), também não as pensamos como um esquema de pensamentos e testes experimentalista, com apontamentos de variáveis, análise, objetivos cabais, dentro de controles sistemáticos e como uma ação de pesquisadores externos e não sujeitos de um processo, vendo seus educandos como objetos de sua ação pedagógica. Mas falamos de um como conhecer e fazer de forma humanista, onde o outro, o eu, os nós, se fundem

num processo interativo e dialético de construção de formas, estruturas, funcionalidades, construção de sujeitos e grupos.

Entendemos que a prática pedagógica requer um embasamento teórico para que o fazer seja consequência do conhecer, como nos aponta Meirieu (2002 p.10). Sem o conhecer, sem o saber, o fazer pode se tornar uma prática no achismo, na opinião e assim sem responsabilidade na prática docente, essa que requer dedicadas pesquisas e aprofundamentos metodológicos, a fim de que o fazer tenha fundamentações teórico-metodológico que sustentem as ações nesse processo.

Pensamos em fazeres pedagógicos que se estruturam no método dialético, onde se valoriza premissas e variantes, pressupostos, o cotidiano e o científico, na escrita de vida de indivíduos e de grupos. Uma metodologia que veja todo o processo de forma holística, interacional e sistêmica.

Marques (2001) em sua obra “Escrever é preciso: o princípio da pesquisa”, nos expõe que o ato de escrever era para ele uma forma mecânica de produção de sua interação com o objeto em foco. Mas que com o tempo, passou a entender que esse ato deveria ser uma insaciável e obsessiva busca apaixonada pelo entender dos princípios, das causas e outros fatores, que para esse nosso artigo, convertemos essa obsessão apaixonada como vital à escrita em vidas de sujeitos e grupos. Queremos frisar que a ação pedagógica é o começo mais formalizado de se registrar “verdades”, fatos, princípios, esses, itinerários que formatam o “livro da vida” de pessoas e de coletividades. Esta arte de escrita pedagógica, também, assim como uma pesquisa, subsidia-se em títulos, temas, problemas, objetivos, hipóteses, procedimentos, dentre outros. Porém, jamais em conclusões, por que o indivíduo e ou o grupo, são obras inconclusas, tendo sempre uma folha a mais para novos registros. No máximo que se pode fazer, são algumas considerações gerais e de etapas do processo, e não do todo da obra.

Nessa perspectiva, a da escrita de linhas de vidas por ações pedagógicas, nos enriqueceremos sob luz da experiência pessoal de Meirieu (2002), no lidar dele com seus estudantes, embora em um contexto e temática diferenciada da que aqui focalizamos, mas aplicável. Também para nós, ao “aplicarmos” um método, devemos levar em conta que há maneiras próprias de cada um de se atingir os objetivos, que são variados entre os sujeitos e grupos que estão sob a ação pedagógica. Também, os recursos que dispõe cada sujeito nesse processo, os apoios multidimensionais no sócio histórico de cada um, são ferramentas e estruturas diferenciadas nas superações dessa formatação de vida, a qual na sua realidade é infinda. O que não pode, a ação pedagógica/metodológica, é negar a

condição de acesso a autonomia, do indivíduo ser o sujeito do processo de construção de sua identidade, quanto pessoa e como grupo social. Assim, dialogando com Marques (2001), a construção de um texto, pelo seu processo e andanças, submetesse a continuas reestruturações, até porque passa por diversas etapas e tempos distintos. Nesta caminhada há de esbarrar em certas incertezas e certezas, seguranças e inseguranças, ou seja, é um caminhar de aventuras. Parafraseando simultaneamente Meirieu (2002) e Marques (2001), pensamos que a ação pedagógica que escreve em vidas e grupos, devem ser passos na perspectiva dialética, não engessáveis, não de um modelo doutrinário pré-estabelecido por trás das aplicações dos “comos”, mas simplesmente oportunizando o confronto do contraditório, na busca de uma síntese construída por ações mútuas, pelas pessoas e incorporações progressivas de partes do todo e de todos nesse processo. A “invenção” da escrita da vida, possui rumos participativos, integrativos, peculiares, distintos, semelhantes e diferentes, nesse processo. A ação pedagógica é só um start, de caráter oficial e institucional, nesse processo. Negar esses “caminhos”, ou talvez, melhor, negar essas possibilidades, é escrever em vidas por uma intencionalidade não emancipatória, de robotização e escravidão pela castração do “eu” nos sujeitos nesse processo de escrita.

A escrita, por ação pedagógica, na vida social, assim como uma escrita de um texto, deve ser uma temática de interesse de todos, como nos aponta Marques (2001), e não uma ação unilateral. Há intervenções de todos como atores, em cada momento histórico, não na busca do ponto final, de uma obra acabada, mas sobre os pontos de partidas que se reconstroem e resignificam em cada diálogo mediador. A ação pedagógica, da forma aqui vista, é uma arte, um ato de escrever em vidas, e esses pontos iniciais e de partidas, surgem sempre nos momentos de encontros dos sujeitos desse processo. O educador deve ter uma paixão imensurável pela arte de escrever, uma responsabilidade profissional e cidadã sem igual, pois ele terá um tempo, não para concluir a obra, mas de deixar a cada contexto, extratos ou sub extratos que auxiliam na continuidade dessa escrita. A obra é inacabada e dependente de outros interlocutores. Logo, não se pode perder uma deixa, uma oportunidade, para se construir degraus nesta escada que o “céu” é o limite. Por outro lado, o estudante é sujeito que precisa se ver como tal nesse processo de codificar e decodificar sinais e símbolos dessa escrita. Ele precisa entender que não é apenas uma folha em branco.

Nas experiências de Meirieu (2002), em um ato educativo há decepções e nem sempre se caminha como deseja, nem sempre o aluno chega no desejado, ou idealizado. Talvez assim ocorra, por que a ação pedagógica vai partir de modelos e referenciais

preestabelecidos. No decorrer do processo de ações pedagógicas, os procedimentos, as vezes uma metodologia, podem sofrer duros questionamentos, interrogantes de pressupostos teóricos, ou ao contrário, a prática, o achado, os produtos, colocando em xeque as teorias, como defende Meirieu (2002). Mas independentemente de qualquer trabalho paradoxal entre teoria e prática, saberes e fazeres, a ação pedagógica deve ser aquela escrita libertadora, e essa não será por ação exclusiva e unilateral da pedagogia. Na realidade, ela só faz mediações de estímulos, pois não há na perspectiva pedagógica progressista, escritos em vidas de sujeitos e grupos sociais sem a participação integral dos mesmos. As decisões precisam ser mútuas, compartilhadas, permitidas e nenhuma convicção pedagógica vai ser exclusiva e única no desenho, na formatação de vidas.

Uma pesquisa científica, como vemos em nossas aulas de metodologia, assim como o discurso e ações pedagógicas, possuem um idealizado, e para atingi-lo, lançam mão de modelos e técnicas metodológicas, aplicações de instrumentos de forma insistente sobre os contraditórios. Sempre em busca de conhecimentos, de escritos libertadores e emancipatórios. Os pesquisadores, assim como os atos pedagógicos, precisam “jogar fora” os modelos e referenciais pré-concebidos que dificultam e até impossibilitam trocas entre todos e tudo, entre sujeitos e objetos, na formatação de conhecimentos e de escritos.

Porém, o idealizado a ser atingido pelos escritores da vida, escritores e não escritor, pois nesse processo há trocas e sínteses dialéticas entre todos e tudo nessa escrita, esse idealizado não pode deixar a margem os princípios emancipatórios da vida social, que são: a igualdade, a liberdade e a cidadania, tão desenvolvidos por Boaventura de Souza Santos (2007). Desenvolve ele ainda, que uma construção, e no caso desse artigo, do ato pedagógico de escrever vidas e grupos, é uma obra intercultural, onde as desigualdades e exclusões não devem ser princípios de regulação nessa construção. O princípio a ser adotado é o da relação dialética, como princípio emancipatório dos sujeitos. As igualdades e diferenças não devem estar em contradições que excluam ou regulem as relações, mas que o contraditório na relação dialética oportunize a emancipação, a superação de sistemas hierárquicos de integração social dominadores e de segregação. O sentimento e princípio da não-pertença, do estabelecimento de fronteiras e limites na escrita da obra da vida de sujeitos e grupos sociais, onde uns pertencem e outros não pertencem, só legitimam rejeições, segregações, exclusões e desigualdades.

Defendemos aqui que o “eu” e o “outro”, parafraseando e contextualizando para esse artigo o enfoque dado por Boaventura, o “eu e o “outro” devem explorar a integração

de desigualdade entre eles, não na idealização de exclusões, segregações e não pertencimentos. Mas, numa ação de acolhimento, de relação dialética, na busca de uma síntese que redunde em um movimento social de superação do antidiferencialismo, que se caracteriza pelo absolutismo hierárquico das diferenças, que busca universalizar modelos de sujeitos e grupos sociais, que acabam cultuando a desigualdade como referencial de “promoções” e escravaturas e por consequência, de exclusões e de extermínio.

Continuando nesse foco, dialogando com Políticas públicas de Gestão educacional, e essas sempre a serviço do modelo capitalista vigente, vimos que o sistema educacional em todas as facetas de seu processo, promove desigualdades na tessitura social, fazendo da diferenciação um elemento de qualificação entre os sujeitos.

Durante décadas nos submetemos à modelos de gestão sob ótica capitalista, tal ótica visualiza homogeneizar concepções influenciadoras sobre as políticas e práticas educativas, sempre se orientando pelo mercado, pela eficiência processual numa concepção neoliberal de relações. Assim implantam metas, índices, resultados, avaliações, terceirizações e outras formas de gestão do sistema escolar, como nos aponta Carvalho (2000).

Na história evolutiva das legislações e políticas públicas educacionais, vemos um contínuo processo de rupturas e permanências de modelos de gestão educacional, no entanto, sem mudar muito no campo prático, ou seja, uma relação que é verticalizada e determinada pelas relações econômicas, mercado/produção. Enfim, o sistema educacional à serviço dos ideais capitalistas e das classes dominadoras. Tentativas de se romper com esses processos norteadores de práticas pedagógicas, é visível de épocas em épocas, e mais ainda nos campos de concepções e conceitos, sem muita ou quase nenhuma mudança nas práticas efetivas do sistema. Críticas se levantam na tentativa de dar ou não apoio as rupturas ou de permanências, mas a gestão sistêmica permanece sem muita abertura à democratização, permanece bancária, verticalizada.

Correlacionando o teor desses conhecimentos sobre, Políticas públicas de gestão educacional, com os demais conhecimentos já aqui apresentados, e todas voltadas para o tema de nosso artigo, focalizamos a necessidade de rupturas e permanências na arte do ato pedagógico como escritor de vidas e coletividades. Porém, não rupturas e permanências determinadas por fatores alheios, ou a serviço de outros, mas na busca dos objetivos construídos por uma relação de todos nesse ato de escrita, em contínuos movimentos dialéticos de superação das desigualdades, das exclusões, dos modelos

enlatados e pré-fixados por sistemas de interesses, como são nossas Políticas públicas e de Gestão Educacional. Mendonça (2001), expõe que não há muita objetividade nas legislações e normas do sistema de ensino, no tocante a democratização efetiva, à uma autonomia das unidades escolares, sendo essas conduzidas por administração centralizada, normatizando todo um sistema ou rede educacional. Aponta ele ainda que há muita resistência, e creio que por uma cultura dominante, por parte de muitos envolvidos no processo de gestão. Há resistência das Políticas educacionais, pelas atitudes corporativas, monopolizações de diretores, professores, funcionários, tentando evitar interferências de pais e comunidades no “*modus vivendi*” escolar. O ato pedagógico da escrita de vidas não deve fazer resistências por meio de culturas dominantes ou outras possíveis interferências de sujeitos implicados, mas gerir a escrita com toque de diversas mãos, em plena democracia, na certeza que esse é o melhor caminho, de real autonomia e corresponsabilidade na formatação dos estabelecidos e desejados em plena cumplicidade dos sujeitos.

Se tivéssemos que classificar metodologicamente a arte de escrever em vidas, classificaríamos como uma pesquisa participante, interativa entre todos os sujeitos dessa construção. Assim, uma ação pedagógica como arte de escrever em sujeitos, transcende o conceito de uma ação meramente bibliográfica, documental, de campo, estudo de caso, ou pesquisa ação. Poderíamos classificar essa ação pedagógica como participante, pois promove uma interação entre todos na construção da vida. Uma ação democrática de interações.

Daqui para frente buscaremos fazer uma nova aplicação dos conhecimentos que nos relacionamos até aqui. Todas abordagens dos teóricos acima, terão sua aplicação no desenvolvimento de nosso projeto dissertativo, com os conceitos implícitos da metodologia da pesquisa, sobre Ensino, aprendizagem e práticas inclusiva, e da de Políticas e gestões Educacionais. Sem, no entanto, esquecer do tema desse artigo.

Como agente público, com atuação em várias dimensões da construção da teia social, vimos há muito, apontando, como colaborador na confecção de propostas de gestão pública, para a necessidade de descentralização da gestão administrativa, dando aos distritos municipais, principalmente àqueles que distam muito da sede da gestão centralizada, a emancipação nos encaminhamentos que dizem respeito ao *modus vivendi operandi* daquele distrito. Sob argumentos de que tal descentralização em muito auxiliaria, não só a agilidade na busca de respostas às necessidades da comunidade, bem como um modelo emancipatório e popular nas decisões dos rumos estabelecidos pela

própria comunidade. Entendemos que uma nova escrita deve ser feita na construção da autonomia emancipatória, na metodologia e cultura dessas comunidades, no tocante a gestão escolar.

Como diretor de unidade escolar na zona rural, distando 33 km da sede de comando, com péssimas vias de acesso na época que lá atuamos, ficávamos reféns de determinações e encaminhamentos sobre questões mínimas, que, ao nosso entendimento, poderiam ser resolvidas pela Associação escola Comunidade- AEC. Assim, buscamos trabalhar fazendo ver, à gestão municipal, que diversas decisões poderiam e deveriam ser tomadas pela comunidade local. Dessa forma, agilizamos mais reuniões com a comunidade, com interprete do dialeto mais dominante naquela comunidade, a fim de se ter uma maior dialogicidade. Por meio de uma maior abertura nesse processo de participação nos rumos da vida escolar, conseguimos uma atuação comunitária ativa na revitalização das estruturas físicas da escola e a abertura de turmas noturnas para continuidade do ensino fundamental, a partir do 5º ano, uma vez que diurnamente, as séries iam até o 4º ano. Pelas assembleias mais frequentes, fomos superando a concepção de que bastava fazer apenas até a então 4ª série. Esta nova concepção, construída com ativa participação da Comunidade escolar, trouxe aos bancos da escola, um número considerável de jovens e adultos.

Com tal vivência e ampliando as fundamentações teóricas adquiridas através de especializações Lato Sensu sobre Administração escolar, Recursos Humanos e Reengenharia Administrativa e Psicopedagogia, fomos defendendo o pressuposto de uma participação mais direta e deliberativa das comunidades locais nos rumos da educação.

Associado às estas questões apresentadas, várias vezes fomos invocados para ajudar na construção de propostas de gestão administrativa para o Município, deixando sempre claro que os movimentos sociais, em particular educacionais, em suas práticas educativas e de gestão, devem fazer dos sujeitos da comunidade local, pessoas não passivas nesse processo. A comunidade local deve se organizar distritalmente e apontar para onde quer ir, traçando os objetivos, as diretrizes que melhor atendam seus anseios. Dessa forma, essas comunidades que compõem estes distritos terão um Processo ensino aprendizagem, dentre outros, que sustente as raízes, interesses e lutas das comunidades camponesas, invocando nessa articulação com os governos Municipais, o seu direito por uma educação de qualidade e significativa, sem, no entanto, deixar de cobrar o dever do Estado no processo educativo.

Como educador, há muitos anos verificamos que, de fato, o currículo está sempre em disputa, como discorre Miguel Arroyo (2004), em sua obra sobre a temática. São muitos os movimentos por onde passamos, ou obras sobre o assunto currículo que possamos ler, que explicitam a intensão de diversos segmentos sociais de colocarem seus sujeitos coletivos presentes na estrutura curricular. Por sua vez, o processo de gestão escolar e/ou educacional, parece-me que não tem muito interesse de disputa por parte dos mesmos segmentos. Ao longo de nossa caminhada, sempre ficamos a pensar: Por que será que o processo de gestão da educação não aspira aos mesmos interesses das comunidades? Muitas ideias como possíveis respostas surgem como fruto de preliminares observações.

Sempre houve, por parte desse proponente, a atitude de defensor de que as comunidades são as mais conhecedoras de seus potenciais e de suas reais debilidades. Para nós, elas possuem anseios e necessidades que podem ter respostas afirmativas em si mesmas, e motivá-las à uma espécie de auto-organização, ensiná-las a se movimentar em favor de si próprias, nos parece um desafio promissor. Escrever essa nova possibilidade “vida” no processo de gestão nessas coletividades, é “quebrar” culturas dominantes, hegemônicas, é tomar um método que centralize o procedimento participativo nessa escrita, e que promova a autonomia de todos na busca de construções e desconstruções da gestão educacional.

Assim, pela vivência e formação, a nossa proposta de pesquisa vê a educação como uma das pastas administrativas cujas gestões se fazem necessárias descentralizar, uma vez que é pela educação, pelos atos pedagógicos que se cria ou se formata a identidade de um povo, de uma comunidade, de um grupo que se identifica em objetivos. Em um país continental como o nosso, esta identidade comunitária não pode ser única ou reprodutiva de interesses e políticas de terceiros, não pertencentes às comunidades para onde políticas públicas são direcionadas. Não há dúvida de que essa perspectiva de busca e reconhecimento de identidade comunitária ou coletiva, como colocado por Honneth (2003), não se conseguirá sem conflitos, pois a construção de uma identidade coletiva, assim como uma identidade pessoal, sempre passa por diversas batalhas para serem reconhecidas. Em nossa vivência de quase três décadas de educação, percebemos que “os conflitos” se originaram em início, nos gestores dos sistemas e redes educacionais.

Em Municípios como o do nosso objeto de pesquisa, que possuem um vasto território rural, com a grande maioria de munícipes campesina, aproximadamente 80%, com uma herança sócio-histórico-cultural diversificada, com predominâncias Alemã, Italiana, Pomerana, outras com a miscigenação dessas e outras que vieram pós

colonização, a significatividade dos movimentos sociais dentro destes distritos com perfis diferenciados, deve ser levada em conta pelas Políticas públicas. Nessa perspectiva, Caldart (2004) aponta para a necessidade de se respeitar os diversos valores e demais questões socioculturais na construção de uma identidade coletiva, cabendo à política respeitar os movimentos sociais que buscam sua identificação. Dentro dessas perspectivas, geográficas e de diversidades, como se pode homogeneizar normas, estruturas e metodologias, dentre outras, de gestão do processo educacional?

Embora em circunstâncias diferenciadas, mas para efeito de enriquecer a reflexão e fundamentação inicial sobre o proposto de pesquisa, onde pretendemos apontar a importância da comunidade ser sujeito e ativa em sua construção sociocultural, invocamos Abromovay (1985, p.57): “os acampados, ao se organizarem coletivamente, deixam de ser apenas os objetos do processo de reforma agrária e tornam-se sujeitos. Eles passam do plano receptivo para o ativo”. O povo camponês, com as características tão singulares e divergentes dentro de um Município, Estado e País, precisa aprender e ter espaço para ser ativo no processo de construção de seus movimentos sociais. Provocar tal reflexão e instrumentalizar, de alguma forma, para que tal processo de construção se dê, é um desafio e missão de todos os educadores que prezam pela emancipação do sujeito e da coletividade e, em particular, desafio deste pesquisador.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegamos até aqui tentando mostrar que diversos conhecimentos dialogando, e pela ministração da ação pedagógica de uma unidade escolar ou rede, vão escrevendo, configurando, formatando, pessoas e grupos. Essa construção deve ser feita participativamente por todos envolvidos. Ao nosso entender, um bom início desse processo de escrita e reescrita, é rever a metodologia de participação efetiva da comunidade escolar no processo de gestão de suas formações e como a ação pedagógica pode auxiliar nessa escrita ou reescrita. Dialogar com conhecimentos diversos, nos permite mais eficientemente escrever e reescrever histórias de sujeitos e grupos, de forma dialética, e para nossa escrita dissertativa em especial, enriquecer uma leitura e construção holística de nossa temática, onde a ação pedagógica pode ser determinante.

Enfim, como nos ensina Boaventura de Souza Santos (2007), ser contra hegemônico é uma postura de importância na atuação social e assim também para nós, devemos escrever vidas de forma contra hegemônicas, onde o conhecimento, metodologias, leis e princípios não sejam só na ótica da pedagogia, de forças

centralizadoras na gestão de processos, mas uma escrita fruto de um diálogo entre todos os saberes. Um transitar por todas realidades, do mais laico, cotidiano ao mais científico. Um ato pedagógico que aceite e respeite os tempos diversos nesse processo. Para tanto, como pedagogos escritores de vidas, temos que “descolonizar nossas mentes”, lançando fora a hierarquização cultural, valorizando as diferenças, explorando os conhecimentos locais, nacionais e globais. Valorizando os diversos sistemas de produtividade nessa construção de identidade emancipatória na gestão educacional.

Na perspectiva da sociologia das emergências, as ações não são uma intervenção estática sobre as realidades, mas a todos momentos fazendo emergir algum traço, sinal, indicador que nos faça acreditar no amanhã, ou seja, um início de uma construção para o futuro, de realidades inexistentes, até então.

Registramos nesse diálogo interdisciplinar, uma interação de conhecimentos e teóricos, que não só sustentam o tema desse artigo, mas que dialoga também com nosso desenho dissertativo e nos desafiam à uma maior dedicação e responsabilidade com nossos atos pedagógicos e apelam para que tenhamos uma prática, na perspectiva de que é um processo intercultural e intersocial, como nos aponta Boaventura de Souza Santos (2007), sem invalidarmos ou inviabilizarmos a diversidade nessa construção de sujeitos e grupos.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. **Nova forma de luta pela terra: acampar**. Revista reforma agrária. Campinas, v.15, 1985.
- ARROYO, M. **Currículo, território em disputa**. Petrópolis: Vozes, 2011.
- CALDART, Roseli Salete; ARROYO, Miguel G. & MOLINA, Mônica Castagna (org.) **Por uma educação do Campo**. RJ: Vozes, 2004.
- CARVALHO, I.M.M.de; VERHINE, R.E. **A descentralização da Educação**. Revista Sociedade e Estado, Brasília, V.12, n.2, p. 299-321, 2000.
- HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento: A gramática moral dos conflitos sociais**. SP: Ed.34, 2003.
- MARQUES, Mário Osório. **Escrever é preciso: o princípio da pesquisa**. 4ª ed. Ijuí: Ed. Unijuí, 2001.
- MEIRIEU, Philippe. **A pedagogia entre o dizer e o fazer: a coragem de começar**; Trad. Fátima Murad. Porto Alegre: Artmed, 2002.
- MENDONÇA, Erasto F. **Estado patrimonial e gestão democrática do ensino público no Brasil**. Educação e sociedade, Campinas, ano XXII, n.75 p.84-108, ago. 2001.
- SANTOS, Boaventura de Souza. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social**; Tradução Mouzar Benedito, São Paulo: Boitempo, 2007.